



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1018105-04.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Premium Serviços Empresariais Ltda**
 Requerido: **'Município de Araraquara**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

PREMIUM SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

ajuizou ação de cobrança contra **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA** em que alegou que prestou serviços de vigilância motorizada e portaria no Parque Pinheirinho, junto ao requerido pelo período de 22 de março de 2010 até 18 de março 2015. Ocorre que a apesar de ter cumprido suas obrigações contratuais, o requerido nunca efetuou o pagamento dentro do prazo previsto em contrato. Em razão desses fatos, pretende o pagamento de atualização monetária e juros devidos no valor de R\$ 12.692,69 (doze mil, seiscentos e noventa e dois reais e sessenta e nove centavos). Com a inicial vieram os documentos.

Citado, o requerido apresentou contestação, sustentando ser indevido os valores cobrados na inicial. Requereu a improcedência da ação.

Houve réplica.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

1018105-04.2017.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

A ação é improcedente.

A autora alega descumprimento da cláusula terceira do contrato de prestação de serviços (item 03.02 - fls.15), que reza: "*O pagamento será efetuado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias da aprovação da Nota Fiscal/Fatura pelo setor competente*", assim, tendo em vista que os pagamentos ocorreram fora desse prazo, teria o direito ao recebimento de atualização monetária e juros referente a parcelas pagas com atraso.

Nos autos, não foram juntadas as notas fiscais/faturas devidamente datadas, bem como não foi juntado qualquer documento comprovando a data que se deu a aprovação destas pelo setor competente, não se fazendo possível constatar se houve o alegado atraso no pagamento e, ainda, se o caso, de quantos dias seria. O documento de fls. 29, por ser unilateral, não é hábil em efetuar a comprovação das alegações iniciais.

Ante o exposto, julgo a ação **IMPROCEDENTE**.

Arcará a autora com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios da parte adversa, que fixo em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Oportunamente arquivem-se

P.I.C

Araraquara, 06 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**